



Diagnóstico sobre os
JUIZADOS ESPECIAIS
DO PARANÁ
2013

Comissão de Juizados Especiais

OAB PARANÁ GESTÃO 2013 - 2015

Presidente: Juliano José Breda

Vice-Presidente: Cássio Lisandro Telles

Secretário-Geral: Eroulths Cortiano Junior

Secretária-Geral Adjunta: Iverly Antikeira Dias Ferreira

Tesoureiro: Odercy José Bega

COMISSÃO DE JUIZADOS ESPECIAIS

Presidente: João Alberto Nieckars

Vice-Presidente: Christiani Maria Sartori Barbosa

MEMBROS

Amanda Ferreira Silveira

Ana Paula Scaraboto Zago

Juliana Prado Santos França

Patrycia Emília Souza dos Santos

- 2014 -

ÍNDICE

| | |
|-----------------------------------|----|
| Metodologia..... | 5 |
| Diagnóstico..... | 6 |
| 1. Celeridade..... | 6 |
| 2. Estrutura e Funcionamento..... | 10 |
| 3. Gestão e Pessoal..... | 15 |
| Sugestões de Boas Práticas..... | 19 |
| Anexo I..... | 22 |
| Anexo II..... | 23 |

INTRODUÇÃO

A Ordem dos Advogados do Paraná, no desempenho de sua competência, determinada pela lei nº 8.906, de quatro de julho de 1994, por meio da Comissão de Juizados Especiais, realizou de 10 de agosto a 10 de setembro de 2013 levantamento sobre os Juizados Especiais cíveis e criminais em nosso estado com a finalidade de conhecer as condições de funcionamento, buscar soluções por meio da formulação de propostas ou de projeto para aperfeiçoar a prestação do serviço jurisdicional e melhor aparelhar a rotina forense do advogado.

A realização de um diagnóstico para o levantamento dos problemas que têm dificultado a atuação nesses Juizados ocorreu com a colaboração de mais de mil e trezentos advogados de todo o estado do Paraná que, respondendo a dez perguntas, ajudaram na criação de um valioso banco de dados que reflete as características e problemas dessa instituição nas quarenta e quatro comarcas participantes da pesquisa.

As informações colhidas e observações realizadas, além de ser instrumento de manifestação dos advogados, legitimam e oferecem subsídios à OAB/PR para, através desta Comissão de Juizados, atuar com efetividade, garantindo que as necessárias melhorias ocorram em cada secretaria dos Juizados Especiais do Paraná.

METODOLOGIA

A pesquisa investigou aspectos estruturais, organizacionais, jurisdicionais e procedimentais dos juizados especiais cíveis e criminais do Paraná, com o objetivo de analisar as condições de funcionamento e depurar os principais problemas enfrentados pelos advogados que patrocinam processos judiciais sob o rito especial da Lei 9.099/1995.

Realizou-se, de 10 de agosto a 10 de setembro, através de pesquisa *on-line* disponibilizada a todos os advogados regularmente inscritos na seção paranaense da OAB. A captação dos dados ocorreu por meio de nove perguntas estruturadas com proposição de assertivas para resposta e uma pergunta aberta (anexo I). As questões foram definidas pela Comissão de Juizados Especiais, por importância pragmática, em reuniões preliminares.

Para melhor interpretação dos dados colhidos, o diagnóstico foi dividido em três nichos: questões sobre (i) celeridade, questões sobre (ii) estrutura e funcionamento e, finalmente, questões sobre (iii) gestão, pessoal e resultados.

Cada nicho aborda subitens específicos, sendo eles:

- *Celeridade*: agilidade na expedição de alvarás, pontualidade na realização das audiências e o lapso temporal entre ajuizamento da demanda e proferimento da sentença ou interposição de recursos e proferimento de acórdãos
- *Estrutura e funcionamento*: a funcionalidade e localização das instalações do Juizado Especial, as instalações dos Postos de Atendimento Bancário ou agências da Caixa Econômica Federal que servem os Juizados Especiais, procedimento para levantamento de alvarás, o funcionamento do sistema PROJUDI, os valores das custas recursais, forma de cálculo e recolhimento das custas recursais.
- *Gestão, pessoal e resultados*: gerenciamento do trâmite processual, audiências, pessoal e o resultado final da prestação jurisdicional com avaliação da qualidade técnica e imparcialidade nas decisões proferidas.

Captaram-se dados em relação ao funcionamento de juizados especiais localizados em quarenta e quatro comarcas do estado do Paraná, através da participação de 1.372 advogados (anexo II).

DIAGNÓSTICO

1. CELERIDADE

Neste imo foram direcionadas e analisadas questões sobre a (i) agilidade na expedição de alvarás, (ii) a pontualidade na realização das audiências, (iii) o lapso temporal entre ajuizamento da demanda e proferimento da sentença ou interposição de recursos e proferimento de acórdãos.

Foram três as questões estruturadas na forma assertiva, cujas respostas poderiam variar entre (i) Péssimo, (ii) Ruim, (iii) Regular, (iv) Bom e (v) Ótimo. Foi também formulada uma questão aberta. Vejamos o percentual das respostas às questões assertivas:

Avalie a agilidade no trâmite dos processos e celeridade das decisões judiciais:

Ruim: 30,51%
Regular: 28,25%
Péssimo: 27,01%
Bom: 11,97%
Ótimo: 2,26%

Avalie a pontualidade dos horários das audiências e o cumprimento do artigo 7º, XX do Estatuto da Advocacia e OAB (tolerância máxima de 30 minutos de atraso ou nova designação):

Bom: 30,36%
Regular: 28,37%
Ruim: 20,04%
Péssimo: 15,18%
Ótimo: 6,04%

O trâmite e celeridade dos recursos interpostos às Turmas Recursais do Paraná pode ser considerado em sua opinião como:

Regular: 40,27%
Ruim: 24,44%
Péssimo: 18,13%

Bom: 15,9%
Ótimo: 1,26%

Caso tenha observações, sugestões ou reclamações a fazer sobre os Juizados Especiais de alguma comarca do Estado do Paraná, por favor, utilize o espaço abaixo (200 caracteres):

A questão aberta trouxe, em relação à celeridade processual, os subitens (i) agilidade na expedição de alvarás, (ii) pontualidade na realização das audiências e (iii) o lapso temporal entre ajuizamento da demanda e proferimento da sentença ou interposição de recursos e proferimento de acórdãos, os seguintes e principais dados:

Capital:

1. Total de respostas: 470
- 1.1. Total de respostas dadas na Capital - Curitiba: 226 (100%)
- 1.1.1. Total de respostas atinentes ao nicho Celeridade: 101 (44,69%)
 - a) Agilidade na expedição de alvarás: 15 (6,63%)
 - b) Pontualidade na realização das audiências 11 (4,86 %)
 - c) Lapso temporal entre ajuizamento da demanda e proferimento da sentença: 56 (24,77%)
 - d) Lapso temporal entre interposição de recursos e proferimento de acórdãos: 19 (8,40%)
 - e) Outras respostas da Capital que não se enquadram nos quesitos avaliados neste item - Celeridade: 24 (10,61%)

RMC e Interior:

2. Total de respostas: 470
- 2.1. Total de respostas dadas na RMC e interior: 244 (100%)
- 2.1.1. Total de respostas atinentes ao nicho Celeridade: 76 (31,14%)
 - a) Agilidade na expedição de alvarás: 17 (7%)
 - b) Pontualidade na realização das audiências 13 (5,32%)
 - c) Lapso temporal entre ajuizamento da demanda e proferimento da sentença: 41 (16,8%)
 - d) Lapso temporal entre interposição de recursos e proferimento de acórdãos: 11 (4,50%)

(I) Quadro Percentual de Respostas

| | TOTAL GERAL DE ADVOGADOS CONSULTADOS 470 Advogados | | | |
|---|---|-------------------|-----------------------------|-------------------|
| | CAPITAL – 226 (100%) | | RMC E INTERIOR – 244 (100%) | |
| RESPOSTAS | Número de Respostas | Percentual | Número de Respostas | Percentual |
| a) A Agilidade na expedição de alvarás | 15 | 6,63% | 17 | 7% |
| b) Pontualidade na realização das audiências | 11 | 4,86% | 13 | 5,32% |
| c) Lapso temporal entre ajuizamento da demanda e proferimento da sentença | 56 | 24,77% | 41 | 16,8% |
| d) Lapso temporal entre interposição de recursos e proferimento de acórdãos | 19 | 8,40% | 11 | 4,50% |
| d) Outras respostas relativas ao nicho CELERIDADE | 24 | 10,61% | 0 | 0% |
| TOTAL (Respostas relativas ao Nicho CELERIDADE) | 101 | 44,69% | 76 | 31,14% |

a) Alvarás: as principais cidades de onde partiram indicações de demora excessiva na expedição de alvarás para levantamento de valores depositados em contas bancárias judiciais foram:

Curitiba
Londrina
Foz do Iguaçu
Cascavel
Cornélio Procopio

b) Audiências: a falta de pontualidade em relação aos horários designados para o início das audiências foi criticado por advogados, especialmente, das comarcas de:

Curitiba
Ibaiti
Londrina
Cruzeiro do Oeste
Ivaiporã

c) Sentenças: a letargia para proferimento de sentenças foi o item mais abordado neste nicho pelos advogados da RMC e interior, com 8,72% do total de reclamações captadas. As ponderações são originárias das comarcas de:

Curitiba
Londrina
Cascavel
Pato Branco
Apucarana

d) Acórdãos: terceiro subtem mais indicado no nicho da celeridade do processo, o julgamento dos recursos pelas Turmas Recursais foi mencionado por advogados de várias comarcas do estado, em especial o lapso temporal entre o trânsito em julgado da decisão proferida em segundo grau e o retorno dos autos à Comarca de Origem.

Curitiba
Londrina
Maringá
Telêmaco Borba
Guarapuava

2. ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

Sobre a estrutura e funcionamento dos juizados foram abordadas questões referentes (i) as instalações prediais do juizado, (ii) o PROJUDI, (iii) o valor e a forma de recolhimento das custas recursais e (iv) a estrutura bancária disponibilizada para os juizados.

Foram quatro as questões com indicação de assertivas respondidas neste sentido, e cujas respostas poderiam variar entre (i) Péssimo, (ii) Ruim, (iii) Regular, (iv) Bom e (v) Ótimo e uma resposta aberta. Vejamos o percentual das respostas às questões assertivas:

Avalie as atuais instalações dos Juizados da comarca em que atua:

Regular: 29%
Bom: 23,52%
Ruim: 23,3%
Péssimo: 18,85%
Ótimo: 5,33%

Avalie o Processo Eletrônico do Judiciário do Paraná – PROJUDI:

Regular: 33,48%
Bom: 28,8%
Ruim: 21,05%
Péssimo: 12,35%
Ótimo: 4,31%

As custas recursais e a sua forma de recolhimento são:

Abusivas: 58,43%
Adequadas: 41,57%
De fácil recolhimento: 24,55%
De recolhimento complexo e difícil: 75,45%

As instalações (PAB da CEF), a agilidade e facilidade para levantamento de alvarás é:

Regular: 30,72%

Péssimo: 25,26%

Ruim: 22,5%

Bom: 17,64%

Ótimo: 3,89%

Caso tenha observações, sugestões ou reclamações a fazer sobre os Juizados Especiais de alguma comarca do Estado do Paraná, por favor, utilize o espaço abaixo (200 caracteres).

Na questão aberta, a maior ênfase na abordagem dos advogados paranaenses foi sobre temas relacionados à estrutura e funcionamento dos juizados especiais. Perceptivelmente, o ponto mais indicado em todo o estado está relacionado às instalações, principalmente em relação à mobilidade interna, segurança e conforto dos frequentadores. Nas comarcas de Curitiba e Maringá, a localização também foi considerada, em especial no aspecto de infraestrutura da região para estacionamento de veículos.

A estrutura bancária que serve os Juizados do estado também foi apontada, em especial nas Comarcas de Curitiba e Maringá, com grande preocupação em razão do elevado fluxo de pessoas e a formação de grandes filas, sendo apontado como o principal problema. Em algumas comarcas do interior, como as cidades de Dois Vizinhos e Loanda, mencionou-se a inexistência de posto de atendimento ou agência da Caixa Econômica Federal na Comarca, obrigando os jurisdicionados a deslocarem-se a outra cidade, principalmente para levantamento de alvarás.

Com o crescimento do processo eletrônico, verificou-se a necessidade do estabelecimento de uma estrutura para funcionamento de mídias, como rede de internet sem fio e equipamentos que possibilitem a visualização em audiência de arquivos de vídeos e áudios.

Quanto ao funcionamento, as maiores preocupações estão relacionadas ao PROJUDI. O principal ponto é a instabilidade do sistema, fazendo-se menção a prejuízos consubstanciados em prazos perdidos. Levantou-se também a necessidade reformulação do sistema de modo a permitir o recebimento de arquivos maiores e também em linguagem multimídia (vídeos e áudios). Sugeriu-se também a digitalização dos processos físicos em trâmite.

A segunda maior preocupação relativa ao funcionamento está relacionada aos valores, cálculo e a forma de recolhimento das custas recursais, que foram considerados respectivamente elevados e complexos.

Em terceiro lugar, apontou-se a necessidade de inclusão de alternativa que desafogue o sistema bancário para levantamento de alvarás, como a intimação do advogado para indicação de conta para transferência de valores via TED/DOC.

A uniformização dos procedimentos adotados pelas secretarias em todo o estado e a especialização das competências, nas comarcas com maior demanda, também foram apontadas como ações potencialmente relevantes para trazer maior agilidade ao trâmite processual.

Outra sugestão foi a publicação das intimações no DJ em conjunto com as intimações enviadas por e-mail, em função do princípio da publicidade.

Os números são os seguintes:

Capital:

- 1. Total de respostas: 470
- 1.1 Total de respostas dadas em Curitiba: 226 (100%)
- 1.1.1 Total de respostas atinentes ao nicho: 113 (50%)
 - a) Valores e forma de recolhimento das custas recursais: 10 (4,42%)
 - b) Instalações e localização: 84 (37,16%)
 - c) Limitações do sistema PROJUDI: 10 (4,42%)
 - d) Estrutura bancária e procedimento para levantamento de alvarás: 23 (10,17%)

RMC e Interior:

- 2. Total de respostas: 470
- 2.1 Total de respostas dadas na RMC e interior: 244 (100%)
- 2.1.1 Total de respostas atinentes ao nicho: 75 (30%)
 - a) Valores e Forma de Recolhimento das custas recursais: 9 (3,68%)
 - b) Instalações e localização: 18 (7,37%)
 - c) Limitações do sistema PROJUDI: 10 (4,09%)
 - d) Estrutura bancária e procedimento para levantamento de alvarás: 12 (4,91%)
 - e) Especialização e Generalização de competências: 2 (0,81%)

(II) Quadro Percentual de Respostas

| | TOTAL GERAL DE ADVOGADOS CONSULTADOS 470 Advogados | | | |
|---|---|------------|--------------------------------|------------|
| | CAPITAL – 226 (100%) | | RMC E INTERIOR – 244 (100%) | |
| RESPOSTAS | Número de Respostas | Percentual | Número de Respostas | Percentual |
| a) Valores e forma de recolhimento das custas recursais | 10 | 4,42% | 9 | 3,68% |
| b) Instalações e localização | 84 | 37,16% | 18 | 7,37% |
| c) Limitações do sistema PROJUDI | 10 | 4,42% | 10 | 4,09% |
| d) Estrutura bancária e procedimento para levantamento de Alvarás | 23 | 10,17% | 12 | 4,91% |
| d) Especialização e Generalização de Competências | 0 | 0% | 2 | 0,81% |
| TOTAL (Respostas relativas ao Nicho ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO) | 113 | 50% | 75 | 30% |

a) Custas Recursais: Os advogados que manifestaram sua opinião neste ponto, quando discorrendo na questão aberta, consideraram altos os valores das custas recursais, todavia a principal crítica está na complexidade de cálculo e forma de recolhimento. As observações partiram das seguintes comarcas:

Curitiba
Maringá
Apucarana
Londrina
Pato Branco

b) Instalações e localização das secretarias dos Juizados Especiais: Os principais problemas apontados referem-se, principalmente, à capacidade dos espaços disponíveis para acomodação do público e funcionários, à facilidade de acesso, às dependências internas e à estrutura da região onde o Juizado Especial está instalado, com particular referência às áreas para estacionamento. Abordaram o tema os advogados das seguintes comarcas:

Curitiba
Maringá
São José dos Pinhais
Apucarana
Arapongas

c) Limitações do PROJUDI: A principal queixa foi a instabilidade do sistema. Em segundo lugar, a impossibilidade de salvar o que já foi feito no momento em que o sistema cai. Sugeriu-se, ainda, a criação de ferramenta para a extração (*download*) e armazenamento integral dos autos em um único arquivo. O aumento do limite de tamanho dos arquivos e a possibilidade de recebimento de arquivos multimídia também foram indicados por diversos advogados. Por último, a publicação das intimações no Diário da Justiça em conjunto com o envio de e-mails para preservar o princípio da publicidade. As observações são provenientes das comarcas de:

Curitiba
Londrina
Arapongas
Campo Mourão
Francisco Beltrão

d) Estrutura bancária e procedimento para levantamento de Alvarás: O principal problema levantado foi a incompatibilidade entre fluxo de pessoas e a estrutura disponível nos Postos de Atendimento Bancários (PAB) e agências da CEF, que servem os Juizados Especiais. Em comarcas do interior, como Dois Vizinhos e Loanda, mencionou-se a necessidade de deslocamento para outras cidades em razão da inexistência de posto de atendimento ou agência da Caixa Econômica Federal na Comarca.

Curitiba
Maringá

Guarapuava
Dois Vizinhos
Foz do Iguaçu

3. GESTÃO E PESSOAL

Sobre gestão, coordenação de pessoal e resultado final da prestação jurisdicional foram formuladas questões que avaliavam a qualidade técnica das sentenças e acórdãos proferidos e a imparcialidade no proferimento dessas decisões. Foram duas as questões com assertivas respondidas neste sentido, em cujas respostas poderiam variar entre (i) Péssimo, (ii) Ruim, (iii) Regular, (iv) Bom e (v) Ótimo e uma aberta. Vejamos o percentual das respostas às questões assertivas:

Avalie o preparo, a condução das audiências (imparcialidade, conhecimento da causa e conhecimento da lei) e o relacionamento dos juízes leigos e conciliadores com os advogados:

Regular: 33,46%
Bom: 26,93%
Ruim: 20,25%
Péssimo: 14,16%
Ótimo: 5,21%

A análise do direito e a fundamentação dos acórdãos das Turmas Recursais do Paraná, em seu entendimento, está qualificado de que forma:

Regular: 38,64%
Bom: 29,71%
Ruim: 16,75%
Péssimo: 12,29%
Ótimo: 2,61%

Caso tenha observações, sugestões ou reclamações a fazer sobre os Juizados Especiais de alguma comarca do Estado do Paraná, por favor, utilize o espaço abaixo (200 caracteres):

As respostas dadas pelos advogados à questão aberta, acima mencionada, abordam em especial, a atuação dos juízes leigos e conciliadores é insuficiente para

o cumprimento da prestação jurisdicional. Para análise aprofundada das respostas, considerar-se-ão apenas os pontos mais abordados, quais sejam as (i) valor monetário das condenações, (ii) imparcialidade nas decisões e (iii) qualidade técnica das decisões. Foram colhidos os seguintes e principais dados:

Capital:

1. Total de respostas: 470
- 1.1 Total de respostas dadas em Curitiba: 226 (100%)
- 1.1.1 Total de respostas atinentes ao nicho: 64 (28%)
 - a) Valor das condenações indenizatórias: 6 (2,65%)
 - b) Parcialidade das decisões proferidas: 9 (4%)
 - c) Qualidade na prestação jurisdicional e nas decisões proferidas: 49 (21,68%)

RMC e Interior

2. Total de respostas: 470
- 2.1 Total de respostas dadas na RMC e interior: 244 (100%)
- 2.1.1 Total de respostas atinentes ao nicho: 33 (13%)
 - a) Valor das condenações indenizatórias: 0 (0%)
 - b) Parcialidade das decisões: 3 (1,22%)
 - c) Qualidade técnica das decisões: 30 (12,3%)

(III) Quadro Percentual de Respostas

| | TOTAL GERAL DE ADVOGADOS CONSULTADOS 470 Advogados | | | |
|---|---|------------|-----------------------------|------------|
| | CAPITAL – 226 (100%) | | RMC E INTERIOR – 244 (100%) | |
| RESPOSTAS | Número de Respostas | Percentual | Número de Respostas | Percentual |
| a) Valor das condenações indenizatórias | 6 | 2,65% | 0 | 0% |
| b) Parcialidade das decisões proferidas | 9 | 4% | 3 | 1,22% |

| | | | | |
|--|-----------|------------|-----------|------------|
| c) Qualidade técnica das decisões proferidas e prestação jurisdicional | 49 | 21,68% | 30 | 12,3% |
| TOTAL (Respostas relativas ao Nicho GESTÃO, PESSOAL E RESULTADO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL) | 64 | 28% | 33 | 13% |

a) Valor das condenações indenizatórias: para os advogados, os valores atribuídos às condenações aplicadas nos Juizados Especiais de suas Comarcas, não são suficientes para coibir novas práticas infrativas, nem para o fim de punir de forma justa (caráter pedagógico).

Curitiba
Guarapuava
Londrina
Foz do Iguaçu
Paranavaí

b) Imparcialidade das decisões: segundo opinaram os participantes, muitas decisões proferidas nos juizados especiais são frágeis neste sentido, demonstrando, não poucas vezes, falta de independência em relação a convicções pessoais, não acatamento quanto à jurisprudência pacífica e/ou sumulada/enunciada das Turmas Recursais e tribunais superiores, e, finalmente, não atendimento ao formalismo legal necessário para o bom andamento do processo. Têm destaque nesse tipo de reclamação as comarcas de:

Cascavel
Maringá
Londrina
Curitiba
Rolândia

c) Qualidade técnica na prestação jurisdicional e nas decisões proferidas: foi o quesito mais discutido pelos advogados. Os principais pontos estão relacionados à observância dos princípios constitucionais do devido processo legal e contraditório e à informalidade relativa ao rito processual, considera-

da excessiva. Apontou-se ainda a eventual ausência de fundamentação legal em sentenças e acórdãos e a homologação de decisões proferidas por juízes leigos sem a devida adequação a boa técnica jurídica e a jurisprudência dos tribunais. Apontamentos oriundos, principalmente das comarcas de:

Londrina
Guarapuava
Apucarana
Pato Branco
Cornélio Procópio

SUGESTÕES DE BOAS PRÁTICAS

Baseado nos dados obtidos e nas boas experiências de outros tribunais e secretarias de juizados especiais no Brasil e no fito de indicar medidas efetivas que possam acelerar o andamento dos processos e amenizar os problemas críticos encontrados, a Comissão de Juizados elaborou um rol de sugestões:

(i) **CITAÇÃO/INTIMAÇÃO EM CARTÓRIO PARA GRANDES EMPRESAS:** Convênio entre o Judiciário e as principais empresas demandadas nos juizados especiais, como bancos, financeiras, seguradoras, telefônicas, etc, para que sejam citadas e intimadas de decisões diretamente em cartório, por preposto, diminuindo assim o trabalho administrativo com expedição de cartas (A.R.) e dos oficiais de justiça. (modelo de trabalho adotado pelo 4º Juizado Especial Cível do Rio de Janeiro).

(ii) **COORDENADORIA DE ESTÁGIOS UNIVERSITÁRIOS:** Convênio entre Judiciário e instituições de ensino superior para realização de estágio supervisionado, certificado pelo Tribunal para cômputo de horas extracurriculares (para atendimento aos jurisdicionados, trabalho em secretárias, etc) e de estágios obrigatórios (realização de audiências conciliatórias) (modelo adotado pelo TJ/TO).

(iii) **ORDEM DE PAGAMENTO BANCÁRIO:** Implementação de pagamento de acordos, feitos em audiência ou por petição, através de Ordem de Pagamento e não mais por expedição de alvarás. Minimização de depósitos em contas judiciais em casos de acordo.

(iv) **ALVARÁS ELETRÔNICOS:** Finalização emergencial do sistema que permita a implementação do alvará eletrônico e, com este, a possibilidade de levantamento dos valores depositados em contas judiciais em qualquer agencia da CEF no estado do Paraná (modelo adotado pelo TJRS)

(v) **CENTRO DE INTIMAÇÃO TELEFÔNICA + ELETRÔNICA:** Criação de um centro de intimação por telefone e-mail para decisões interlocutórias e despachos em geral para partes sem advogado constituído, conforme permite pela lei 9.099/1995. O servidor poupa tempo de expedição de intimação através de um telefonema para as partes interessadas, e certifica nos autos a intimação (modelo adotado no TJ/DF).

(vi) **PROCESSO SELETIVO DE JUIZES LEIGOS:** Padronização dos processos seletivos para juízes leigos com ampla divulgação da seleção, supervisionada pelo Tribunal de Justiça e com participação da OAB. Gestão e supervisão da equipe de juízes leigos

pelos diretores de fóruns de cada comarca. Necessário ainda o estabelecimento de calendário para seleção e ingresso de juízes leigos bem como acompanhamento da equação número de processos/quantidade de juízes leigos ativos por secretaria.

(vii) **CURSOS DE CAPACITAÇÃO, APRIMORAMENTO E APERFEIÇOAMENTO:** Implantação de cursos de formação e capacitação para juízes leigos e conciliadores, a fim de assegurar suporte jurídico e técnico aos conciliadores e julgadores. Sugere-se que o curso de capacitação seja obrigatório aos selecionados nos processos seletivos antes de iniciarem o exercício da função, podendo ser ministrado pela Escola da Magistratura Estadual e Escola Superior de Advocacia (modelo adotado pelo TJ/RS em pela AJURIS – Escola Superior da Magistratura)

(viii) **CONVÊNIO COM OAB:** estabelecer parcerias com a OAB/PR para que divulguem os processos seletivos/inscrições, treinem e disponibilizem advogados interessados em atuar como conciliadores nos juizados especiais ou juízes leigos na condição de árbitros especialistas em assuntos específicos para viabilizar a aplicação do art. 24 da lei 9.099/95.

(ix) **MANUAL E ROTEIRO PARA JUIZES LEIGOS E CONCILIADORES:** proceduralização formal consolidada em manuais e roteiros de praticas em audiências e trabalhos administrativos. Criação de um “Roteiro para audiências de conciliação/instrução e julgamento” que contenha recomendações aos conciliadores e aos juízes leigos (modelo adotado pelo TJ/RS).

(x) **REDES DE INTERNET:** Instalação de rede de internet sem fio nos fóruns de todas as comarcas para facilitar o acesso ao PROJUDI.

(xi) **PROJUDI:** Aperfeiçoamento do sistema para: 1) recebimento de arquivos maiores e multimídia; 2) possibilitar o salvamento de informações durante o cadastramento de ações; 3) extração e armazenamento integral dos autos em um único arquivo sem limitação de horário para execução deste procedimento; 4) suspensão imediata do prazo no caso de queda ou instabilidade do sistema.

(xii) **CUSTAS RECURSAIS:** Simplificação do sistema de cálculo, diminuição no número de guias e revisão de valores. Certificação do valor das custas na própria sentença ou em certidão apartada posterior a decisão, mas anterior à disponibilização desta ao advogado/parte (modelo adotado pelo TRF4 e pelo 1 Juizado Especial de Guarapuava/PR, respectivamente).

(xiii) CITAÇÕES ON-LINE: parcerias entre tribunal e grandes empresas demandadas nos juizados especiais para que as citações ocorram on-line para procurador determinado.

ANEXO I

DIAGNÓSTICO DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO PARANÁ – 2013

(i) Avalie as atuais instalações dos Juizados da comarca em que atua

☐ Péssimo ☐ Ruim ☐ Regular ☐ Bom ☐ Ótimo

Informar comarca: _____

(ii) Avalie a agilidade no trâmite dos processos e celeridade das decisões judiciais

☐ Péssimo ☐ Ruim ☐ Regular ☐ Bom ☐ Ótimo

(iii) Avalie o Processo Eletrônico do Judiciário do Paraná - PROJUDI

☐ Péssimo ☐ Ruim ☐ Regular ☐ Bom ☐ Ótimo

(iv) Avalie a pontualidade dos horários das audiências e o cumprimento do artigo 7º, XX do Estatuto da Advocacia e OAB (tolerância máxima de 30 minutos de atraso ou nova designação)

☐ Péssimo ☐ Ruim ☐ Regular ☐ Bom ☐ Ótimo

(v) Avalie o preparo, a condução das audiências (imparcialidade, conhecimento da causa e conhecimento da lei) e o relacionamento dos juízes leigos e conciliadores com os advogados

☐ Péssimo ☐ Ruim ☐ Regular ☐ Bom ☐ Ótimo

(vi) As custas recursais e a sua forma de recolhimento são:

☐ Adequadas ☐ Abusivas

☐ De fácil recolhimento ☐ De recolhimento complexo e difícil

(vii) As instalações (PAB da CEF), a agilidade e facilidade para levantamento de alvarás é:

☐ Péssimo ☐ Ruim ☐ Regular ☐ Bom ☐ Ótimo

(viii) O trâmite e celeridade dos recursos interpostos às Turmas Recursais do Paraná pode ser considerado em sua opinião como:

☐ Péssimo ☐ Ruim ☐ Regular ☐ Bom ☐ Ótimo

(ix) A análise do direito e a fundamentação dos acórdãos das Turmas Recursais do Paraná, em seu entendimento está qualificado de que forma?

☐ Péssimo ☐ Ruim ☐ Regular ☐ Bom ☐ Ótimo

(x) Caso tenha observações, sugestões ou reclamações a fazer sobre os Juizados Especiais de alguma comarca do Estado do Paraná, por favor, utilize o espaço abaixo (200 caracteres):

ANEXO II

| CIDADE | QUANTIDADE |
|----------------------|------------|
| Curitiba (Seccional) | 226 |
| Londrina | 44 |
| Maringá | 27 |
| Pato Branco | 17 |
| Cascavel | 16 |
| Ponta Grossa | 10 |
| São José dos Pinhais | 9 |
| Guarapuava | 8 |
| Paranavaí | 7 |
| Toledo | 7 |
| Umuarama | 7 |
| Apucarana | 6 |
| Cornélio Procopio | 6 |
| Campo Mourão | 5 |
| Guaíra | 5 |
| União da Vitória | 5 |
| Francisco Beltrão | 4 |
| Ibaiti | 4 |
| Ivaiporã | 4 |
| Loanda | 4 |
| Arapongas | 3 |
| Araucária | 3 |
| Assis Chateaubriand | 3 |
| Foz do Iguaçu | 3 |
| Iporã | 3 |
| Medianeira | 3 |
| Wenceslau Braz | 3 |

| CIDADE | QUANTIDADE |
|--------------------------|------------|
| Bandeirantes | 2 |
| Cianorte | 2 |
| Dois Vizinhos | 2 |
| Jacarezinho | 2 |
| Laranjeiras do Sul | 2 |
| Palmas | 2 |
| Paranaguá | 2 |
| Prudentópolis | 2 |
| Rio Negro | 2 |
| Telêmaco Borba | 2 |
| Campo Largo | 1 |
| Cruzeiro do Oeste | 1 |
| Goioerê | 1 |
| Irati | 1 |
| Marechal Cândido Rondon | 1 |
| Nova Esperança | 1 |
| Palotina | 1 |
| Santo Antônio da Platina | 1 |



RUA BRASILINO MOURA, 253 . AHÚ . CURITIBA . PARANÁ

WWW.OABPR.ORG.BR